
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS DESAFIOS DO ACOLHIMENTO NA ESCOLA MUNICIPAL ACRE, NA CIDADE DE PORTO GRANDE, AMAPÁ

Tereza Alice de Sousa Pinheiro
terezalicepinheiro@gmail.com

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Aberta do Brasil-UAB/IFAP, polo Porto Grande/AP.

Marilene Alves Martins
llennemartins82@gmail.com

Licenciada em História pela faculdade Unopar (2016); pós-graduada em Educação Inclusiva pela faculdade Faveni (2021); graduanda em Pedagogia (licenciatura) pela UAB/IFAP. Atua como Assistente administrativa da SEMED de Porto Grande/AP, sendo Coordenadora Municipal do Censo Escolar.

RESUMO

Conforme estabelecido na política educacional do Brasil desde a década de 1990, tem havido muitas discussões sobre os desafios e dificuldades dos alunos com deficiência. O presente estudo tem por finalidade analisar as inseguranças do professor a fim de considerar a inclusão de alunos com deficiência na sala de aula. Para o desenvolvimento do presente trabalho, a metodologia utilizada foi a pesquisa de campo. A investigação foi realizada com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, da Escola Municipal Acre situada na cidade de Porto Grande – Amapá. A coleta de dados foi feita através de questionários aplicados aos professores que se encaixavam no perfil da amostra. Participaram desta pesquisa vinte professores que lecionam no ensino fundamental I. Concluímos que sem o apoio especial para fornecer orientação e assistência aos professores, as crianças com deficiência não podem ser incluídas de fato no ensino regular.

Palavras-chave: educação inclusiva; formação de professores; inclusão educacional.

ABSTRACT

As established in Brazil's education policy since the 1990s, there have been many discussions about the challenges and difficulties of students with disabilities. The present study aims to analyze the teacher's insecurities in order to consider the inclusion of students with disabilities in the classroom. For the development of this work, the methodology used was field research. The investigation was carried out with students from the 1st to the 5th year of Elementary School, from Escola Municipal Acre located in the city of Porto Grande - Amapá. Data collection was done through questionnaires applied to teachers who fit the sample profile. Twenty teachers who teach in Elementary School I participated in this research. We concluded that without special support to provide guidance and assistance to teachers, children with disabilities cannot actually be included in regular education.

Keywords: inclusive education; teacher training; educational inclusion.

INTRODUÇÃO

O artigo 208 da Constituição Federal garante às pessoas com deficiência o direito à educação de qualidade no ensino regular das instituições públicas educacionais. No entanto, sabemos que os direitos constitucionais dessas pessoas não são respeitados, principalmente em função da deficiência na formação de professores que possam lidar com esta demanda. Essa pesquisa busca refletir sobre a insegurança e o despreparo que muitos professores têm em receber esses alunos.

Buscou-se, portanto, reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os desafios que os professores enfrentam ao receberem alunos com deficiências na escola municipal Acre?

Objetivando refletir sobre a preparação dos professores para acolher alunos com deficiências em sala de aula regular, a pesquisa foi realizada na Escola Municipal Acre no 1º ao 5º ano ensino fundamental I, da cidade de Porto Grande – Amapá. A coleta de dados foi feita através de questionários aplicados aos professores que se encaixavam no perfil de amostra da pesquisa. Participaram desta pesquisa vinte professores que lecionam no ensino fundamental I.

Diante dos fatos que comprovam a grande importância da discussão desse tema para as pessoas com deficiência, é que ainda hoje, em todas as escolas públicas ou privadas, a inclusão não é uma realidade. Este trabalho terá como método de trabalho a pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo, utilizando livros, artigos de revistas, documentos oficiais, questionários para professores e legislações relacionadas à incorporação da inclusão do Brasil. Para tanto, olhando para trás, para a história da tolerância, veremos que é uma das mais recentes da sociedade. Além disso, se é o mais recente a constar da lista mundial, no Brasil é ainda mais. O que faz essa tolerância demorar para acontecer é o preconceito. Porém, o preconceito contra os deficientes em nossa sociedade é tão antigo quanto a própria existência humana.

Esta pesquisa baseou-se em publicações científicas da área de educação inclusiva. O estudo de caso foi desenvolvido, em sua totalidade, através de pesquisa de campo, envolvendo o professor e sua preparação para receber o aluno especial em sala de aula, suas angústias e aflições diante das dificuldades que os mesmos encontram.

A coleta de dados foi feita através de questionários aplicados para vinte professores que se encaixavam no perfil de amostra da pesquisa. O questionário foi composto por dez perguntas objetivas, tendo como pontos principais constatar se o gestor municipal já disponibilizou cursos práticos com finalidade de aperfeiçoamento da educação inclusiva para professores; identificar se os professores estão orientando, de alguma maneira, os demais alunos para a convivência com os alunos com deficiências saber o que os professores entendem por inclusão educacional e constatar se durante a sua formação houve acesso aos conhecimentos para lidar, em sala de aula, com alunos com deficiências.

Nos baseamos em diversos autores, como Mantoan (2004; 2006), Bisol (2014), Paro (2000), Mazzota (2000; 2002), dentre outros. A integração de alunos com deficiências no sistema de educação é, sem dúvida, uma das questões mais discutidas na educação nas últimas décadas. Para tanto, nos últimos anos, tem havido muitos estudos e debates sobre a questão da inclusão em sala de aula e as dificuldades que fazem com que os educadores se sintam inseguros em lidar com os alunos inclusivos. Para entender o que leva o educador a sentir dificuldade quando se trata de ter em sua turma “normal” um aluno portador de algum tipo de deficiência, temos que conhecer o problema que orienta esta reflexão e identificar, sob o ponto de vista do professor, quais as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão na sala de aula.

Os autores Rodrigues; Lima-Rodrigues (2011), Mantoan (2004; 2006) e Oliveira (2016), apresentam conceitos, definições e ferramentas necessárias para diagnosticar se a formação profissional abrange a aprendizagem desses alunos para que tenham confiança em si mesmos para lidar com emergências que possam ocorrer durante o processo de aprendizagem.

A realização deste trabalho foi impulsionada pelo desejo de averiguar as percepções dos professores sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar relacionada à inclusão, tentar entender que na tentativa de esclarecer essas questões, este estudo discute teorias que podem esclarecer os objetivos originalmente propostos, pois o objetivo da aprendizagem do comportamento é educar a sociedade em evolução e se desenvolver rapidamente na direção da transformação moderna e inclusiva.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Breve histórico da Educação Inclusiva

Em nível mundial, a diversidade e a inclusão nas escolas tiveram como marco a Declaração de Salamanca, em 1994, que diz que [...] O princípio orientador deste Enquadramento da Ação consiste em afirmar que as escolas se devem ajustar a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras[...]” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 6). Documentos anteriores da Organização das Nações Unidas (ONU) falavam apenas da igualdade e direito de acesso, mas a Declaração de Salamanca abordou em detalhes o tema de necessidades educativas especiais. O documento é tão importante que traz a noção da singularidade do indivíduo ao afirmar que “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1)

No Brasil, apesar das discussões virem desde a década de 70, foi apenas em 2001 que a inclusão começou a aparecer com mais frequência nos documentos. Naquele ano, o Plano Nacional de Educação (PNE) destacou que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2014).

A partir daí, vários avanços foram realizados, a exemplo de: Formação de docentes voltados para a diversidade; reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão; ensino e difusão do Braille. Em 2003, o MEC oficialmente implementou o Programa Educação Inclusiva. Em consonância com as ações do MEC, foi criado o Plano Municipal de Educação (PME) que é o Plano Municipal de Educação de Porto Grande – AP, onde se trata mais especificamente sobre a meta 05 que tem por objetivo de:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados que aborda (P.M.E/P.G.- AP, 2015, p. 69).

Educação Inclusiva

Sobre a inclusão escolar, Mantoan afirma que:

Os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças (MANTOAN, 2006, p. 16)

A autora critica a visão binária que as instituições de ensino ainda executam, para ela a escola, para ser realmente inclusiva, já se desprende dessa maneira de enxergar o mundo em dualidade, preto/branco, normal/especial. Em suas próprias palavras “a escola não se ordena em torno de oposições binárias (normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico) [...]” (EDILENE *et al.*, 2010, p.7).

O ideal para que uma escola seja inclusiva é que não haja uma identidade que sobreponha sobre outra, que todas sejam respeitadas e contempladas com as mesmas oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem. Sendo assim, as escolas que ainda fazem essas chamadas adaptações para receber alunos com deficiência estão criando recortes da exclusão escolar, é necessário urgentemente que mudemos essa visão equivocada de inclusão, onde ainda é feito categorizações.

A inclusão escolar é um conceito relacionado às oportunidades de aprendizagem e persistência dos cidadãos nas escolas. Tem como principal objetivo tornar a educação mais inclusiva e popular e respeitar as diferenças e particularidades de todas as pessoas. A Constituição brasileira propõe a obrigatoriedade do Estado sobre a educação e não cabe às instituições educativas fazer nenhum tipo de distinção, seja de etnia, raça, credo, gênero, condição social ou quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, a legislação escolar quando pensa em uma educação para todos, ela apresenta algumas soluções, dentre elas: encaminhamento dos alunos para as classes especiais, currículos, ferramentas e instrumentos adaptados, ensino diferenciado, terminalidade específica, ou seja, um tempo para os alunos “normais” e um tempo diferente para quem não é “normal”.

Porém, esse contexto acaba dividindo as pessoas, e, também, excluindo no sentido em que vão se criando grupos de pessoas com características iguais. Essa divisão, mais uma vez acarreta na diferença de educação que é oferecida, portanto, essa educação não será para todos.

Segundo Mantoan, “A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo” (MANTOAN, 2006, p.11).

De acordo com Santos e Martins, “Na escola atual, as práticas devem atender à diversidade da turma, independentemente da existência de alunos com deficiência ou não. Daí os procedimentos pedagógicos precisam ter um caráter flexível, diversificado, que envolvam todos os alunos da sala de aula, sem exceção” (SANTOS; MARTINS, 2015, p.2).

A discussão da inclusão escolar transcende o âmbito da educação especial, pois ao se considerar a implantação de uma escola para todos, as pessoas questionam esse espaço e a composição das interações em toda a relação social. A inclusão de alunos com deficiência nas escolas brasileiras sempre foi um desafio para instituições de ensino e educadores e, em alguns casos, tornou-se um drama para essas crianças e famílias jovens.

Mantoan (2004) enfatiza que, mais do que a discussão em torno das diferenças e da igualdade, há que se considerar a experiência da inclusão. Essa experiência é ainda incipiente e muito recente nas escolas e demais instituições, para que possamos entendê-la com maior rigor e precisão.

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos. É interessante enfatizar que a inclusão social voltada para a realização deve abranger todos os espaços sociais, que significa lazer, saúde, educação, atividades culturais, participação na vida econômica, vivência de sua vida afetiva e a possibilidade de serem efetivamente protegidos e reconhecidos como mais direitos sociais adquiridos.

Formação de professores

Refletir sobre a formação de professores nos processos de inclusão escolar representa a possibilidade de problematizar a educação. O professor capacitado estará preparado para trabalhar e desenvolver métodos pedagógicos junto com a turma para que de fato o aluno com deficiência seja incluído. Sendo assim, a formação pedagógica do corpo docente é fundamental para a preparação e desenvolvimento social. Segundo Mittler (2003 *apud* SANTOS; MARTINS, 2015, p.396),

Um dos grandes desafios que se apresentam para a inclusão dos alunos com DI em salas comuns parte da própria escola e dos seus educadores que, muitas vezes, têm uma visão distorcida dessas crianças, percebendo-as como diferentes e entendendo que a tarefa de educá-las requer um conhecimento e uma experiência especial.

A rotina escolar tem mostrado dificuldades encontradas pelos professores em compreender as especificidades e requisitos da modalidade e especialmente quando eles começam a agir em uma das diferenças e que essas diferenças estão relacionadas à condição de uma pessoa com necessidades educacionais especiais. Também devemos levar em consideração que a formação dos professores inicialmente recebidos em universidades e instituições de ensino superior, não os preparam para desempenhar o contexto da educação inclusiva.

Esse tipo de comportamento fragiliza e abala ainda mais o professor do ensino regular, levando-os até mesmo duvidarem de suas capacidades já que em sua formação inicial não houve essa preparação.

De acordo com Rodrigues e Lima-Rodrigues (2011, p. 44) “[...] os professores devem, pois, ser encarados como parceiros fundamentais para iniciar e desenvolver qualquer reforma educacional. Como essa mudança deve ser “pilotada” para ser eficaz?”

Essas questões e outras precisam ser abordadas para que a formação inicial de professores cumpra seu papel. Mantoan (2006, p. 56) afirma que:

O fato de os professores fundamentarem suas práticas e seus argumentos pedagógicos no senso comum dificulta a explicitação dos problemas de aprendizagem. Essa dificuldade pode mudar o rumo da trajetória escolar de alunos que muitas vezes são encaminhados indevidamente para as modalidades do ensino especial.

Os professores devem assumir um compromisso com a diversidade e a igualdade de oportunidades para que a colaboração e a cooperação estejam em uma posição privilegiada. Como organizador da sala de aula, o professor orienta as atividades dos alunos no processo de aprendizagem para a aquisição de conhecimentos e habilidades. O plano de ensino da escola orienta as ações dos professores.

O papel do educador é intervir nas atividades em que os alunos não desenvolvem suas habilidades de forma independente, de forma a fazer com que os alunos se sintam aptos para essas atividades. É nessa dinâmica que os professores escolhem programas de ensino e apoio para compartilhar, enfrentar e resolver conflitos cognitivos.

Para que a política de educação inclusiva seja eficaz, os professores da turma regular, os administradores das escolas, os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a família devem ter uma compreensão clara destas funções e dos objetivos que é a educação dos discentes. Um dos maiores desafios que se enfrenta é a ausência de docentes especializados ou capacitados, pois os professores da sala de aula regular, precisam de estratégias pedagógicas que auxiliarão sua turma a vencer os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência. E para que isso aconteça, o professor precisa conhecer as necessidades de cada aluno, promover campanhas de inclusão escolar, fazer planejamento individual e específico, dentre outras metodologias.

A construção de uma escola inclusiva deve ser projeto de todos e com a participação de todos, pois não é só um querer do espaço físico adaptado e acessível, é preciso promover todas as mudanças e sempre rever os critérios e padrões de avaliação, para que eles possam alcançar uma educação de qualidade, garantindo a construção do conhecimento para todos, o que, conseqüentemente, permitirá ao alunos com deficiência uma verdadeira participação na sociedade, pois não tem como considerar a democracia, os direitos humanos e a igualdade social sem considerar a educação. Os professores precisam considerar a formação continuada como um ato contínuo criado e recriado no percurso da carreira do professor como forma de se manter em permanente crescimento pessoal e profissional.

Papel da família

Segundo a Lei Brasileira De Inclusão Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, parágrafo único: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015, [s.p.])

O dever da família como parte de grande importância no desenvolvimento e garantia dos direitos de pessoas com deficiência é explicitado por lei, no entanto, o papel da família transcende a aplicabilidade da lei, pois a mesma é de suma importância para que o aluno consiga desenvolver-se de forma satisfatória.

E nesse sentido o Documento Referencial e Normatizador da Educação Especial do Sistema de Ensino do Município De Porto Grande-AP (2019). Diz que: Cabe aos pais, mães e responsáveis, o acompanhamento quinzenal e sempre que necessário ir à escola de seu filho, tanto no ensino regular quanto no AEE, estimulando-o e mostrando interesse no que eles aprendem no ambiente escolar (Artigo 3.3.1) e A escola deve oportunizar aos pais e funcionários encontros periódicos de formação, atendendo a cada encontro por especialidade da necessidade escolar (Artigo 3.3.4)

É necessário que os pais tomem consciência de sua importância no desenvolvimento de seus filhos, que precisam se apropriar deste dever e acompanhá-los mais de perto fazendo um enlace com a escola e estreitando a relação com os professores que atendem esse aluno.

Há famílias que irracionalmente ou por falta de conhecimento não veem potencial em seus filhos deficientes e acabam nem os matriculando, ou que fazem a matrícula meramente pela obrigatoriedade e não ajudam ou estimulam o desenvolvimento e aprendizado dessas crianças.

Deve-se considerar a atuação efetiva dos pais na educação especial, pois esse reforço feito em casa do trabalho do professor pode contribuir significativamente para o crescimento individual da criança.

Segundo Paro (2000) é de suma importância a contribuição efetiva dos pais junto aos filhos de forma qualitativa, na educação especial não é diferente, pois é em casa junto à família que a criança recebe e engloba o desenvolvimento de estímulos para estudar, pelo gosto em aprender coisas novas.

Um aspecto importante a ser considerado ao tentar verificar a existência de envolvimento familiar para melhorar o desempenho de uma criança é a noção que as pessoas têm desse envolvimento. “[...] à ajuda dos pais em casa estão querendo se referir desde a um carinho ou afeto que pode parecer, em princípio, não relacionado com a vida escolar do aluno, até uma intervenção mais ostensiva, ajudando nas lições de casa”. (PARO, 2000, p.38-39).

A inclusão no município de Porto Grande

De acordo com a Lei brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 Art. 28 que trata do:

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015, [s.p.]

Levando em consideração as políticas públicas, a secretaria municipal de educação de Porto Grande, através de seus técnicos e colaboradores elaboraram o Documento Referencial e Normatizador da Educação Especial do Sistema de Ensino que foi homologado através da resolução nº 002/2019-CME/PG, que trata de garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena em todas as instituições de ensino, pública ou privada, que compõem o sistema Municipal de ensino. Nas escolas da rede tem o AEE Atendimento Educacional Especializado que atende o público-alvo da Educação especial, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. Ele é um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes e o Núcleo de Atenção Educacional Psicossocial e Inclusivo (NAEPI), que tem como objetivo geral, atribuir atenção à diversidade humana, propiciando um ambiente adequado de aprendizagem a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, oferecendo apoio, atendimento, orientações, suportes técnicos e assessorias aos diferentes segmentos das unidades escolares, almejando um processo de ensino contextualizado, eficaz, significativo, de qualidade e que promova o progresso escolar de todos os educandos. O NAEPI dispõe do atendimento do psicopedagogo, psicólogo e pedagogo para atendimento dos alunos com deficiências. Segundo Mantoan (2006, p.13) “[...] se o que pretendemos é uma escola inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”.

A autora sugere que é preciso eliminar todas as barreiras possíveis para que de fato ocorra a efetivação da inclusão, e todas essas produções de documentos e normativas representa uma compilação de esforços e tentativas de tornar essa temática mais usual na sociedade, na prestação de serviços públicos e no acesso às políticas públicas em geral, objetivando melhorar o atendimento ao aluno com deficiências, bem como o aprimoramento das práticas pedagógicas, a eficiência do currículo e a desburocratização dos expedientes administrativos que tratam da vida escolar dos alunos.

A rede municipal de ensino dispõe de professores especializados que atuam no AEE dentro das Escolas e de cuidadores escolar que acompanham os alunos na sala regular, vale ressaltar que, de acordo com o documento normatizador, a escola que não tiver o serviço do AEE, deverá encaminhar o aluno com deficiência para ser atendido na escola da rede municipal de ensino que disponibilize do serviço.

A escola municipal Acre, que é nosso objeto de estudo, possui Sala de Recurso Multifuncionais (SEM), onde 02 professores especialistas prestam atendimento no contraturno aos alunos com necessidade especial da turma regular e 04 cuidadores que os acompanham na locomoção pelas dependências da escola, auxiliam no aprendizado ao copiar a matéria, ou caso o aluno não tenha autonomia motora ou intelectual para tanto, ler e escrever por ele, dentre outras.

A Escola Municipal Acre, possui uma coordenação pedagógica exclusiva para educação especial, onde professoras e coordenação pedagógica tem especializações que as habilitem no preenchimento da anamnese e o plano individualizado educacional dos alunos atípicos, são

realizados planejamentos quinzenais com as professoras da educação especial e planejamentos mensais com os professores da sala regular e professoras da educação especial. São feitos escuta ativa e formação continuada dos professores da sala regular e da educação especial, entrega de uma cópia dos relatórios alunos atípicos pelos professores da sala regular e da educação especial para os pais e responsável, busca ativa dos alunos com infrequência e prestado atendimento, acolhimento e formações para os pais e responsáveis pelos alunos atípicos.

METODOLOGIA

A pesquisa elaborada a partir do título Educação Especial e Inclusiva, objetiva discutir a temática Educação Inclusiva, os desafios no processo da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular da escola Acre do 1º ao 5º ano. Buscando esclarecer através de dados e informações quais os desafios que os professores enfrentam ao receberem esses alunos com deficiências na escola acre.

Os procedimentos de coleta de dados supracitados, foi através de pesquisa bibliográfica, que para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizaram pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

E sobre a pesquisa de campo, que se trata da etapa de observação e coleta de dados extraídos diretamente do objeto de estudo e que Segundo Gonsalves (2001, p.67).

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Fazendo uso de metodologia exploratória com abordagem qualitativa e quantitativa ou como também é conhecida, abordagem mista que consiste na utilização conjunta das duas abordagens. Qualitativa que descreve, classifica e explica fenômenos e a relação existente entre as variáveis, esse tipo de abordagem ganha forma com análise de documentos como foi feito neste trabalho, e quantitativa na medida em que houve recolhimento de dados com aplicação de questionário e observação do objeto de estudo, neste sentido a pesquisa bibliográfica que foi o primeiro procedimento utilizado após a escolha do tema para levantamento de informações se deu por meio de leituras de livros, artigos de revistas, documentos oficiais e publicações científicas da área de educação inclusiva. Este tipo de pesquisa é de fundamental importância para o meio acadêmico no sentido em que ela é um dos métodos mais utilizados para a realização de qualquer pesquisa científica.

Sendo assim, depois de um estudo bibliográfico que nos permitiu compreender a temática alicerçada em obras alguns autores como Maria Tereza Eglér Mantoan, David Rodrigues, Luzia Lima Rodrigues e outros, que nos permitirão através do uso de pesquisa de campo complementar

este estudo baseado em fatos acontecimentos e informações reunidas a partir de visitas, observações e aplicação de questionário, com a finalidade de observar como ocorre de fato a inclusão escolar na realidade do dia a dia dessa escola.

A pesquisa de campo foi realizado na escola Municipal Acre, onde o foco dessa pesquisa estava na insegurança e no despreparo que muitos professores têm em receber alunos com deficiência no ensino regular, portanto, após um período de observações foi desenvolvido um questionário com 10 perguntas objetivas tendo como pontos principais constatar se o gestor municipal já disponibilizou cursos práticos com a finalidade de aperfeiçoamento da educação inclusiva para os professores; identificar se os professores estão intermediando e orientando os demais alunos na socialização com os alunos com deficiência, saber o que os professores entendem por inclusão educacional e constatar se durante a sua formação houve acesso aos conhecimentos para lidar em sala de aula com alunos deficientes.

Participaram da pesquisa vinte professores que lecionam no ensino fundamental I e que se encaixavam no perfil da amostra dessa pesquisa. Esses dados foram analisados e interpretados e se mostram de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho e os resultados aqui alcançados servirão de subsídios para futuras pesquisas, para que o gestor conheça um pouco mais dos anseios de seu corpo docente, e através dos autores que contribuíram com suas obras para o desenvolvimento da pesquisa, explorar ideias e sugestões para aplicar na escola visando melhorar o espaço físico e também social, levando em consideração que a escola é um dos maiores meios de interação e sociabilização e adequá-lo no sentido da inclusão e do respeito às diferenças.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para a elaboração desta pesquisa, o desenvolvimento metodológico teve como suporte a utilização de uma bibliografia diversificada sobre o assunto, e por uma parte prática, que foi realizada na Escola Municipal Acre, com professores que lecionam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I.

A pesquisa busca entender quais os desafios que os professores enfrentam ao receberem alunos com deficiências, refletindo sobre a inclusão dos mesmos, com o objetivo de analisar as políticas de inclusão e seu impacto nos processos de socialização e aprendizagem de alunos com deficiência. Segundo Gonsalves (2001, p. 67):

[...] a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

A exploração de novos conhecimentos é necessária para a obtenção de uma satisfação profissional eficaz, principalmente na área da docência, onde a cada dia um mundo novo se apresenta em sala de aula, e inclui alunos com deficiências. Isso prova que a educação escolar deve se esforçar para quebrar o velho paradigma e abrir as portas para os desafios que se colocam.

Pensando na educação inclusiva e como ela ocorre na prática, para a realização desta pesquisa, visitou-se e observou-se a Escola Municipal Acre, onde estão matriculados aproximadamente 961 alunos na rede regular de ensino que abrange do 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental e EJA e que possui alunos com deficiência e incluídos. Por questões que envolvem a ética profissional, optou-se pela não identificação dos funcionários, alunos e professores com os quais foram obtidas as informações.

Estão matriculados seis alunos com deficiências, mas, nossa área de pesquisa são os alunos do 1º ao 5º ano, dentre os seis, apenas dois são desse segmento, de acordo com os laudos médicos foram diagnosticados com: Deficiente físico e Síndrome de Down. Os alunos com deficiência acompanham as aulas do currículo junto aos demais alunos na sala regular e nos períodos inversos a essas aulas, eles frequentam as aulas na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A escola possui Sala de Recurso Multifuncionais, onde atuam duas professoras que possuem formação em magistério, pedagogia, especialização em Educação Especial, formação em Libras, dentre outras, e estão sempre fazendo os mais diversos cursos que abordem a questão da educação especial inclusiva.

Quanto ao processo de formação de professores da sala de aula regular, há uma grande preocupação, pois apenas os professores que atuam no AEE são especialmente treinados para trabalhar com alunos com deficiência, embora haja um meio ativo de comunicação entre todos. Dos 20 professores que lecionam do 1º ao 5º ano, 04 têm magistério, 16 têm formação em nível superior (dos 16 professores que têm formação superior, 12 é em pedagogia e 04 em outras áreas), e apenas 03 professores possuem pós graduação, porém, nenhuma na área da educação especial. Vale destacar que nesta escola, os alunos são acompanhados por cuidadores em sala de aula.

Para um levantamento mais criterioso e verdadeiro foi elaborado um questionário com perguntas abertas, onde os professores do fundamental I (1º ao 5º ano) que atuam na escola, sem identificar-se, nos forneceram informações valiosas para o desenvolvimento desta pesquisa.

A questão (01, um) perguntou sobre o que eles entendem por educação inclusiva. Tendo em vista que a inclusão se aplica a todos, o professor tem um papel fundamental na escola e como principal desafio, construir e pôr em prática uma pedagogia capaz de atender e incluir os alunos com características pessoais e de aprendizagem que necessitam de uma pedagogia diferenciada (Quadro 1).

Quadro 1 – O que você entende por educação inclusiva?

Professores	Respostas
P1	Para entender a educação inclusiva é preciso entender que somos diferentes, pensamos diferentes, sentimos com intensidade diferente, agimos de forma diferente e tudo isso porque vivemos e aprendemos o mundo de forma diferente.
P2	Educação Inclusiva são desafios ao sistema de ensino para incluir serviços e condições à escolarização aos alunos com deficiência.
P3	A educação inclusiva é o ato não apenas de integrar e sim de incluir todos do âmbito escolar sem distinção para que todos possam interagir e aprender com as mesmas oportunidades e respeito.
P4	Uma educação inclusiva integra os alunos com deficiência, em escolas regulares, com o apoio da família e toda comunidade escolar.
P5	A escola inclusiva implica que todas as crianças de uma comunidade aprendam juntas no mesmo ambiente, independentemente de suas características pessoais, socioeconômicas ou culturais.

Professores	Respostas
P6	Educação inclusiva é um processo que busca recolocar nas escolas, as pessoas excluídas (pessoas com deficiência, de distúrbios de aprendizagem ou de deficiência, excluídas por gênero, cor ou outros motivos). Apesar de várias legislações a favor, pouca coisa tem sido feita em prol da educação inclusiva.
P7	A educação inclusiva, luta para a criação de políticas de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional iguais às de quem não é deficiente.
P8	Para que aconteça a educação inclusiva, é preciso a mobilização e a reflexão do setor político, da comunidade, dos pais, dos gestores de escola, dos professores, de todos os alunos, especiais ou não.
P9	Um ambiente para se tornar verdadeiramente inclusivo, todos os estudantes têm que se sentir seguros e ter um sentimento de pertencimento, especialmente por poderem aprender no seu tempo e ritmo.
P10	Em um ambiente escolar inclusivo, todos os alunos estão na mesma rede escolar, beneficiando-se de um ambiente escolar adaptado e flexível de acordo com suas necessidades e não segregado de acordo com sua deficiência.

No que se refere ao entendimento sobre a educação inclusiva, os resultados indicam um consenso nas respostas dos professores, mesmo diante de desafios como a falta de formação voltada à inclusão, as salas de aula numerosas, a falta de tempo para o atendimento individualizado desses alunos e a sensação de que se faz o que é possível diante da realidade vivenciada. As percepções dos professores sobre a inclusão de alunos com deficiência nas escolas fazem parte do contexto dos desafios que enfrentam e mesmo com muitos desafios, eles veem a inclusão escolar como um movimento positivo, o que parece importante, dada a necessidade de respeitar a diversidade humana. Vale salientar, que de acordo com as respostas os professores entrevistados reconhecem que a inclusão precisa ser de uma responsabilidade compartilhada, com o intuito de banir as segregações e de fato incluir todos os alunos assim como reitera Mantoan quanto a inclusão; "...prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular" (Mantoan, 2004, p. 16).

A questão (04, quatro) perguntou para o professor quais são os desafios encontrados para se fazer uma escola inclusiva e sabemos que um dos principais desafios que a educação inclusiva no Brasil encontra para ser implantada é a despreparação da comunidade escolar para lidar com a inclusão (Quadro 2).

Quadro 2 - Para o professor quais são os desafios encontrados para se fazer uma escola inclusiva?

Professores	Respostas
P1	Um dos desafios mais importantes é fazer um plano de aula que contemplem toda a turma, sem distinção, que desenvolva suas habilidades intelectuais e sociais do aluno.

Professores	Respostas
P2	Uma escola para se tornar inclusiva deve investir em formação, pois a falta de conhecimento e despreparo prejudica o trabalho e afasta famílias.
P3	Existem vários desafios enfrentados pelo professor, dentre eles o do próprio professor não acreditar que é capaz de fazer esse trabalho. Dentre outros a falta de materiais adequados para atender cada necessidade especial e formação continuada com oficinas para essa área.
P4	Prática pedagógica que dificultam seu trabalho, como a falta de formação adequada, salas numerosas, sendo que essas questões se refletem na docência e prejudicam a inclusão dos alunos.
P5	Capacitação e inclusão sem toda comunidade escolar (do portão a sala de aula), eliminar as barreiras arquitetônicas são os primeiros passos para uma inclusão efetiva, assim como a introdução de recursos e tecnologias assistivas.
P6	Para que a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino se efetive, devemos investir na preparação dos professores para lidar com essa nova realidade e estrutura e da escola.
P7	Formação de educação inclusiva para professores da sala de aula regular e acessibilidade na escola.
P8	Capacitação de professores e envolvimento das famílias no processo educacional é fundamental para que os alunos possam avançar em seu processo educacional.
P9	Capacitação e formação continuada são fundamentais para lidar com os alunos, bem como as adaptações e os equipamentos que forem necessários para seu aprendizado.
P10	Lotação de sala de aula, políticas públicas, apoio da família e recursos metodólogos.

As respostas dadas a essa pergunta, nos faz perceber que os professores, mesmo sem ter formação na área de educação especial, eles possuem consciência de como precisam proceder, sabem da importância novas formas de educar e também de utilizar novos conceitos, mas ainda demonstram uma certa insegurança no sentido de inovar com uso de mecanismos para desenvolver novas experiências de aprendizagem. Porém, este papel de incluir independe apenas do professor, mesmo que ele seja um dos principais atores neste cenário educacional inclusivo, se faz necessário promover a preparação de toda a comunidade escolar, pois professor com ou sem formação adequada, capacitado ou não, está envolvido neste processo e, apesar da tônica do processo inclusivo, mesmo que timidamente, o aluno com deficiência está chegando à escola e trazendo com ele desafios que deverão ser enfrentados com a ajuda e participação de todos.

São ofertadas desde de 2009, através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) formação continuada que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de educação básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam. No entanto, dados do censo escolar 2021, mostram que existem 21 professores da rede municipal de Porto Grande, que

ainda possuem apenas o magistério e, destes, 4 são professores que lecionam na escola municipal Acre. A consciência da importância da formação continuada para os professores tem que vir dos próprios professores. Eles precisam ver essa preparação como uma oportunidade para aprimorar seus conhecimentos e entender melhor a prática da docência.

Grandes desafios estão sendo explorados para que a educação inclusiva seja realmente efetiva, pois os professores devem estar preparados e seguros para trabalhar com alunos com deficiência. É através da formação continuada voltada à formação de professores para atuarem na educação inclusiva, que esse processo acontecerá. Sabemos que os professores terão que percorrer um longo caminho para que mudanças reais aconteçam nas escolas, pois sabemos que a implementação da educação inclusiva vai além de matricular crianças com deficiência nas escolas, pois estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa dos professores não estão preparados para desenvolver estratégias de ensino diversificado, porém, cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível.

Outro desafio que precisa ser destacado são as questões familiares, principalmente porque a família nem sempre aceita que o filho tem deficiência, porém, quando a família se sente amparada pela escola, esse sentimento se reflete também na criança, criando um bom ambiente de trabalho. Os pais precisam se sentir incluídos como seus filhos. Deve-se mostrar que na escolarização de crianças com deficiência, além da própria criança, seus pais e educadores também estão envolvidos. A escola tem a responsabilidade de acolher a criança, de se beneficiar do ambiente escolar da melhor forma possível e de gozar das mesmas obrigações e direitos que as outras crianças.

No entanto sabemos dos desafios que a educação tem encontrado no Brasil, são professores insatisfeitos com a desvalorização de seu trabalho, são escolas com situações precárias e sem recursos para tornar a prática docente eficaz e as aulas atrativas aos alunos. A escola, ao longo de sua trajetória histórica, não foi pensada para atender às desigualdades.

Apesar dos desafios, a educação inclusiva é essencial para os processos históricos de segregação. Ao promover o desenvolvimento cognitivo de jovens com deficiência e ao promover ganhos no desenvolvimento socioemocional, o estabelecimento da educação inclusiva gera benefícios para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho revela uma realidade complexa e dinâmica que exige análise de múltiplos aspectos. Existem muitas visões positivas e negativas sobre o processo de inclusão existente na escola municipal Acre. Entre esses aspectos positivos, podemos citar o comprometimento dos professores em sala de aula com os ideais democráticos e de respeito à diferença, cuidadores para sala de aula regular, coordenação pedagógica exclusiva para educação especial e especialista na educação especial e inclusiva, professoras do A.E.E e coordenação pedagógica com especializações que as habilitem no preenchimento da anamnese e o plano individualizado educacional dos alunos atípicos, planejamentos quinzenais com as professoras da educação especial, escuta ativa e formação continuada dos professores da sala regular e da educação especial, entrega de uma cópia dos relatórios alunos atípicos pelos professores da sala regular e da educação especial para os pais e responsável, busca ativa dos alunos com infrequência.

De acordo com as respostas do questionário, os professores não se sentem preparados e capacitados para lidar com os alunos com deficiência, mesmo a escola ofertando capacitação na área, embora saibamos que a prática por si só não reflete as mudanças que se espera que a

educação alcance, também é importante notar o fato de que a formação continuada ao longo da carreira, sem dúvida, levará a mudanças na prática docente. Se os professores não atuarem em sala de aula com uma perspectiva crítica e reflexiva sobre os componentes que sustentam seu trabalho, pouco se conseguirá transformar a forma de educar. O querer é intrínseco, não adianta dar as melhores formações, se o professor não busca a mudança, a escola precisa de estrutura física adequada, boa interação com os funcionários da escola, pois a inclusão se faz com a participação de toda a comunidade escolar (do porteiro ao professor).

O presente estudo buscou reunir informações que respondessem ao questionamento acerca das inseguranças com as quais os professores do ensino regular se deparam ao receber alunos com deficiência, e essa participação da construção do PPP e na execução no cotidiano escolar se evidencia importante na medida em que lhes permite aprender, refletir e vivenciar a experiência de um ensino democrático, tão necessário para afirmar a permanência dos alunos e salvaguardar a inclusão, além de poder contribuir de maneira eficaz para difusão de um ensino de qualidade que entenda e promova o respeito às diferenças.

Não há dúvidas de que a inclusão é um desafio, já que se trata de um novo paradigma de pensamento e de ação, pois trata da inclusão de todos os indivíduos em uma sociedade heterogênea. A escola só será realmente inclusiva quando o aluno com deficiência conseguir além de acessibilidade e leis que os garantam direitos, direitos esses que nem sempre são respeitados, consigam ser compreendidos verdadeiramente, podendo comunicar-se, no caso da escola do portão a sala de aula.

A escola é um dos maiores espaços de interação social e comunicar-se com igualdade, com a certeza de ser compreendido é um dos grandes passos da verdadeira inclusão. Essa a qual buscamos, onde todos tenham suas particularidades respeitadas sem precisar adaptar-se para tal. Nunca teremos todos os recursos que precisamos, nosso maior recurso tem que ser a nossa motivação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BISOL, Cláudia A.; VALENTINI, Carla Beatris. Objeto virtual de aprendizagem incluir: recurso para a formação de professores visando à inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 2, p. 223-234, 2014.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1994.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação - PNE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2014

CIVIL, Casa. Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 7, 2015.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís

Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Editora Alínea, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito à diferença nas escolas: questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências. **Revista Educação Especial**, p. 17-23, 2004.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer.** São Paulo, SP: Summus Editorial, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. ; SILVA, A. C. . **Formação dos professores do Ensino Fundamental para a proposta de educação inclusiva.** Cadernos de Pós- Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 2, n.1, p. 13-27, 2002.

MAZZOTTA, M. J. S. ; SOUSA, S. M. Z. L. Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira. **Estilos da Clínica (USP)** , v. V, p. 96-108, 2000.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 299-314, 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais.** São Paulo: Xamã, 2000. 126p.

PIANA, Maria Cristina. **A pesquisa de campo.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PORTO GRANDE. Prefeitura Municipal de Porto Grande. Secretaria Municipal de Educação. **Lei nº 430/2015, de 19 de junho de 2015.** Plano Municipal de Educação Porto Grande - AP. Porto Grande, AP, 2015.

PORTO GRANDE. Prefeitura Municipal de Porto Grande. Secretaria Municipal de Educação. **Resolução nº 002/2019- CME/CP.** Documento Referencial e Normatizador da Educação Especial do Sistema de Ensino do Município de Porto Grande, Porto Grande, AP, 2019.

RODRIGUES, David; LIMA-RODRIGUES, Luzia. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? **Educar em Revista**, n. 41, p. 41- 60, 2011.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Teresinha da Consolação Teixeira dos; MACHADO, Rosângela. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Teresa Cristina Coelho dos; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 3, p. 395-408, 2015.

SILVA, Adriana Camejo; MAZZOTA, Marcos José da Silveira. Formação dos professores do ensino fundamental para a proposta de educação inclusiva. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento.** São Paulo, v. 2, n. 1, p. 13-27, 2002.